

Resenha crítica do livro:

“Capitalismo Canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso” de Nancy Fraser

Gabriela Alcofra dos Santos

Referência Bibliográfica:

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**/ Nancy Fraser; tradução Aline Scatola – São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2024.

1. Credenciais da autora

Nancy Fraser, nascida em 20 de maio de 1947, é uma filósofa desenvolvedora da Teoria Crítica feminista norte-americana. Ao longo das últimas décadas, realizou importantes contribuições em debates sobre capitalismo, reconhecimento, políticas afirmativas, democracia, justiça e feminismo. Essas contribuições fizeram dela uma referência na teoria crítica contemporânea e uma das principais teóricas da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos.

A autora publicou diversos trabalhos de grande impacto em diversas áreas da filosofia política e social. Preocupada com as concepções de justiça,

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Recebido em: 12/9/2024

Aceito em: 19/9/2024

Fraser argumenta que a justiça é um conceito complexo que deve ser entendido sob três dimensões separadas, embora interrelacionadas: a distribuição (de recursos produtivos e de renda), o reconhecimento (na linguagem e em todo o domínio do simbólico) e a representação (na política e no poder de tomar decisões).

2. Resumo e considerações sobre a obra

No prefácio, a autora introduz com a justificativa da escolha da expressão utilizada como título da obra, a partir da compreensão do que representa o capitalismo, e dos sentidos metafóricos atribuídos ao canibalismo, perfeitamente adequados à interpretação das crises atualmente vivenciadas no sistema.

Sustenta ainda que, dada a grandiosidade da crise, para enfrentar os males do capitalismo, é preciso repensar não só a economia, mas reavaliar - com a mesma grandiosidade- o sistema todo e suas relações.

Neste sentido, no capítulo 1, a autora traz um panorama geral das contradições do capitalismo, que serão exploradas de forma sistemática e profunda nos capítulos posteriores, destacando que a preocupação com a sustentabilidade do sistema hoje extrapola os escritos marxistas e é tendência entre ativistas e acadêmicos de todo o mundo. Aliado a isso, haveria uma crescente consciência acerca da raiz comum dos males heterogêneos que nos cercam.

Argumenta, todavia, que, a crise atualmente vivenciada é multidimensional e não dispomos de teorias críticas que a elucidem, já que, as que herdamos, debruçavam-se sobre os aspectos econômicos somente.

Neste passo, a autora critica o pensamento marxista por não considerar sistematicamente gênero, raça, ecologia e poder político como eixos estruturantes da desigualdade nas sociedades capitalistas, nem como apostas e premissas de luta social.

Ou seja, entende que, de forma geral, faltam concepções de capitalismo e de crise capitalista adequadas ao nosso tempo, sendo que a autora sustenta que o “capitalismo canibal” seria essa concepção.

Segue então analisando as características do capitalismo e pontua as duas principais: a propriedade privada dos meios de produção e o livre mercado de trabalho.

Neste contexto, considera que o capital, na tradição marxista, seria o valor que se autovaloriza. Essa seria, segundo a autora, a terceira característica do capitalismo na doutrina de Marx.

A quarta característica seria o fato de o capitalismo depender do mercado para obter seus fatores de produção, ou seja, a produção de mercadorias por meio de mercadorias. E a autora destaca que o mercado teria também uma segunda função na sociedade capitalista, a de determinar como o “excedente” da sociedade será investido.

Ou seja, na sociedade capitalista, a forma como as pessoas querem viver é direcionada pelas forças do mercado. Assim, o capital vira sujeito da história, deslocando os seres humanos e os transformando em servos.

No tópico: “Por trás do terreno oculto de Marx”, a autora passa a discorrer sobre o que há por trás das características centrais do capitalismo e que as tornam possíveis. Ou seja, as condições de fundo, “não econômicas” que são também estruturais ao sistema: a relação entre a produção econômica e a

reprodução social e ordens de gênero; o parasitismo do capital com a natureza; a expropriação e a opressão racial-imperial e o déficit democrático.

A autora passa então a analisar o trabalho reprodutivo, como fundamental para o desenvolvimento do trabalho remunerado e, em última análise, para o próprio funcionamento do capitalismo. Entretanto, pontua que, apesar de toda sua essencialidade, é um trabalho desvalorizado e, na prática, preponderantemente relegado às mulheres.

A autora observa que no desenvolvimento histórico do sistema capitalista, houve a cisão entre trabalhadores e produtores, que também estilhaçou o mundo em que o trabalho das mulheres – embora distinto daquele dos homens – não deixava de ser visibilizado e reconhecido publicamente. Com o capitalismo, o trabalho reprodutivo é cindido e relegado a uma esfera doméstica privada, e, com isso, sua importância social fica obscurecida. Assim, a autora analisa que a atual forma do capitalismo está canibalizando a reprodução social, culminando em uma verdadeira “crise do cuidado”.

Por outro lado, destaca que o capitalismo também está canibalizando a natureza, usando-a tanto como fonte de insumos para produção e como escoadouro para absorver seus resíduos, dada a suposição tácita de que é apta à infinita auto restauração. Portanto a sustentabilidade do planeta também está sendo objeto de canibalização.

Isto porque o capitalismo inaugurou uma divisão entre a humanidade e a natureza, separando de forma brutal os seres humanos dos ritmos sazonais naturais. Marx chama esse processo de ruptura metabólica e apelida de antropoceno, significando uma era geológica inédita em que a atividade humana está canibalizando o planeta.

Por sua vez, o neoliberalismo turva a Fronteira entre natureza e humano, a exemplo das novas tecnologias reprodutivas e evolução *Cyborg*, que intensificam a canibalização pelo capital.

Posteriormente a autora passa a analisar as condições políticas do capitalismo, reconhecendo que há uma dependência dos poderes públicos para o capitalismo impor suas normas constitutivas. A autora sustenta que o neoliberalismo tem também transformado a questão política em mais um lugar da crise sistêmica.

A autora aborda outra característica que considera estrutural do sistema capitalista: a expropriação, considerando que a exploração e a expropriação não são mutuamente excludentes, como se poderia pensar, mas, na verdade, atuam de mãos dadas. A expropriação estaria na base da exploração e a tornaria lucrativa.

Distingue-se então duas categorias de trabalhadores: os exploráveis, sujeitos de Direito, passíveis de proteção do Estado, que dispõem livremente de sua força de trabalho, e os expropriáveis, violáveis, não livres e dependentes, privados de proteção política.

Conclui-se afirmando que as crises econômicas, ecológicas, sociais, políticas, imperialismo, opressão racial estão todos entrelaçados e marcados pelos seus antagonismos cada vez mais profundos. E, as características econômicas de primeiro plano do capitalismo dependem de outras condições não econômicas de fundo: reprodução social, ecologia do planeta, poder político e infusões contínuas de riqueza expropriada de povos racializados. Para a compreensão real da sociedade capitalista (e não de uma economia capitalista), é preciso considerar as referidas condições e ressituar a perspectiva

marxista, conectando-a a outras correntes emancipatórias da teorização crítica: feminista, ecológica, política, anti-imperialista e antirracista.

Portanto, a autora propõe a compreensão do capitalismo como uma ordem social institucionalizada - o que enfatiza suas divisões estruturais acima abordadas- pontuando que há uma imbricação estrutural (e não acidental) com a dominação de gênero, degradação ecológica, opressão racial-imperial e dominação política.

Neste contexto, invoca-se ainda a importância dos conflitos sociais, ou as chamadas “lutas de fronteira” envolvendo as divisões institucionais do capitalismo, para sua constituição enquanto ordem social institucionalizada. Nesta linha de raciocínio, a autora ressalta que todas as condições de fundo indispensáveis para a exploração do trabalho se tornam focos de conflito na sociedade capitalista- não só as lutas entre trabalho e capital, mas também as lutas de fronteira relacionadas à dominação de gênero, à ecologia, ao racismo, ao imperialismo e à democracia.

Desse modo, a autora visualiza um potencial emancipatório numa determinada configuração de luta que envolvesse a cooperação entre os participantes desses campos e que se destinasse a pensar uma nova configuração não “apenas” de economia, mas também da relação entre a economia e a sociedade, a natureza e a política.

E, neste sentido, reimaginar as divisões estruturais que historicamente constituíram as sociedades capitalistas constitui o corpo e a alma desta obra.

No capítulo 2, a autora explora a noção de que haveria uma base estrutural para a opressão racial na sociedade capitalista, a partir da relação que ela considera necessariamente presente entre exploração e expropriação, sendo a segunda condição para a existência da primeira. Ela ressalta, todavia,

que essa estrutura foi suscetível de variação ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo, e, deste modo, a relação entre capitalismo e racismo não seria apenas estrutural, mas também histórica. A história do capitalismo seria assim uma sequência de regimes de acumulação racializada.

A obra passa então a abordar a evolução histórica do capitalismo com suas diversas fases e a análise da configuração geográfica, demográfica e política da exploração e expropriação. Nesta esteira, ao abordar a fase atual que a autora denomina “capitalismo financeirizado”- em que é marcante o endividamento de trabalhadores- utiliza-se de metáfora interessante ao afirmar que ele seria um “verdadeiro glutão enfiando castigos goela abaixo”.

Encerra-se então o capítulo defendendo que a superação do racismo hoje exige a construção de alianças inter-raciais, que tenham o objetivo de alcançar essa transformação através de persistência política. É importante a observação feita pela autora de que o advento de tais alianças pode ser favorecido – e estimulado – por um contexto que “nubla” a linha entre exploração e expropriação, e os explorados são também expropriados e vice-versa.

No capítulo 3, por seu turno, a obra passa a abordar as formas de canibalização marcadas pela divisão de gênero em função da separação estrutural promovida pelo capitalismo entre produção e reprodução. Descreve-se o capital com um “devorador” de cuidados, sendo que esse aspecto de seu canibalismo se manifesta na pobreza de tempo e exaustão social generalizada.

É a chamada “crise do cuidado” que representa verdadeira contradição social do capitalismo já que a reprodução social é condição de fundo necessária para a acumulação do capital. Aqui tem lugar a metáfora do Ourobouro que come a própria cauda.

A autora também desenvolve a análise das características da reprodução social considerando a trajetória histórica do capitalismo, com suas fases, tal qual foi feito no capítulo 2 em relação à acumulação racializada. Desenvolve-se uma linha do tempo com uma minuciosa análise do entrelaçamento histórico entre gênero e reprodução social no capitalismo, e demonstra-se causando perplexidade ao leitor – como várias correntes emancipatórias, inclusive o feminismo produziram correntes neoliberais favoráveis ao mercado e que contribuíram para o advento do capitalismo financeirizado.

Outro ponto interessante foi o impacto do novo modelo de capitalismo sobre o dualismo produção/reprodução social, com a diminuição do provimento público, convocação marcante das mulheres para o trabalho assalariado, redução dos salários reais e aumento da jornada necessária para sustentar as famílias, e transferência do trabalho de cuidado com surgimento de cadeias globais de cuidado cada vez maiores.

Ou seja, nesse período, há uma marcante “crise do cuidado” enraizada na dinâmica estrutural do capitalismo financeirizado.

Diante disso, evidencia-se como as lutas de fronteira em torno da reprodução social são tão importantes quanto à luta de classes em torno da produção econômica.

No capítulo 4, a obra aborda as nuances da ecopolítica, observando como, na atualidade, o tema das questões ambientais deixou de ser preocupação exclusiva de movimentos ambientais isolados e passou a ser encarado de forma urgente, exigindo posicionamentos efetivos. Entretanto, o debate se dá em meio a um cenário político extremamente turbulento, o que

dificulta um avanço real nas medidas de contenção da tragédia climática e agrava a discórdia nesta esfera.

A autora então propõe- de forma um pouco óbvia e até utópica – que a solução viria da superação da atual cacofonia de opiniões para chegar a uma lógica que possa orientar um projeto de transformação amplamente compartilhado, sendo que tal projeto não poderia ficar adstrito à questão ambiental, mas considerar também todas as facetas sociais da crise e as conexões entre elas (desinvestimento público na reprodução social, insegurança de meios de vida, autoritarismo político, opressão étnico-racial-imperial, dominação de gênero, negação de direitos trabalhistas, etc).

Por seu turno, salienta que todas essas questões são impulsionadas pelo mesmo fator sócio-histórico: o capitalismo, sendo certo que este, em última análise, que deve ser desmantelado. A autora prega então o anticapitalismo como motivador dessa nova lógica e sustenta que os movimentos verdes devem então ser transambientais considerando outros fatores que também devem ser contemplados nessa luta anticapitalista.

Nessa perspectiva, passa-se à análise de como a economia do sistema capitalista é dependente da natureza, tanto como fonte de insumos de produção, quanto para escoamento de resíduos e como está sempre à beira de desestabilizar suas próprias condições ecológicas de possibilidade: cabendo aqui também, com perfeição, a metáfora do Ouroboros que devora a própria cauda, já que o capitalismo canibaliza seus próprios órgãos vitais.

Após analisar minuciosamente a questão ecológica ao longo das fases do capitalismo, autora conclui então o capítulo com duas proposições: a ecopolítica capaz de salvar o planeta deve ser anticapitalista – já que os danos à natureza são intrínsecos ao capitalismo – e transambiental – já que não é

possível resolver a crise ambiental descuidando-se de outras crises não ambientais.

Neste sentido, ao propósito desse bloco contra-hegemônico transambiental e anticapitalista, a autora dá o nome de “ecossocialismo”.

No capítulo 5, a obra explora as vicissitudes políticas do capitalismo, e a autora sustenta que o sistema capitalista está propenso à crise política e é hostil à democracia. Neste sentido, os atuais infortúnios da democracia são, na verdade, parte da crise geral do capitalismo financeirizado contemporâneo, que, é por isso, cunhado de “desdemocratização” ou “pós- democracia”. A autora explica didaticamente a origem desses termos, ao ressaltar característica da atual fase do capitalismo em que o “endividamento” norteia as relações e há um esvaziamento do poder do Estado diante da supremacia de instituições financeiras globais e corporações transnacionais que “ditam as regras”, de acordo com interesses privados, desviando a atenção de problemas urgentes da sociedade e agravando a crise geral do sistema.

Tudo isso corrobora para a turbulência política atual que aponta para o desmoronamento da lógica neoliberal. Existe um eleitorado substancial que quer redesenhar a fronteira entre a economia e política, fortalecendo a última.

No capítulo 6, a obra explora um possível modelo apto a superar a crise geral do capitalismo financeirizado. Assim, a autora propõe que o novo conceito de socialismo deve ser tão amplo quanto o desenhado para o capitalismo nos capítulos anteriores, ou seja, uma alternativa desejável deveria ir além da ideia de socializar os meios de produção, reformulando a maneira como serão tratadas as condições não econômicas que davam suporte à acumulação no âmbito do capitalismo e suas respectivas contradições. Ou seja, busca-se desenhar um novo modelo (redefinindo a ideia de socialismo), de modo a

propiciar uma resposta aos impasses, formas de dominação e injustiças do capitalismo.

Entretanto, a autora salienta que este modelo de socialismo deve enfrentar todas as injustiças contempladas na visão ampliada de capitalismo, indo além, portanto, da exploração de classe e buscando assim corrigir: a relação entre a produção econômica e a reprodução social e ordens de gênero; o parasitismo do capital com a natureza; a expropriação e a opressão racial-imperial e o déficit democrático.

Neste escopo, ao passo que as sociedades capitalistas subordinam os imperativos da reprodução ecológica, política e social àqueles da produção de mercadorias (orientada à acumulação), a autora propõe que o socialismo deveria inverter essas prioridades, estabelecendo o cuidado das pessoas, a proteção da natureza e o autogoverno democrático como as maiores prioridades da sociedade, acima da eficiência e do crescimento.

Ademais, o desenho dos domínios sociais teria que ficar no campo político, sendo objeto de decisão coletiva e democrática, incluindo, por exemplo, a deliberação sobre o próprio crescimento, diante de informações da ciência climática (diversamente do que ocorre no capitalismo, em que há o imperativo do crescimento inculcido, não restando qualquer espaço para decisão política – muito menos democrática – nessa seara).

Quanto ao papel dos mercados na sociedade socialista, a autora defende que eles não devem regular o que ela chama de “topo”, que corresponderia à distribuição do excedente social, e a “base” que corresponderia às necessidades básicas dos seres humanos. Sendo assim, os mercados só encontrariam lugar no meio. E, uma vez que o topo e a base seriam

desmercantilizados e socializados, o papel dos mercados no meio também seria transformado.

Portanto, a partir dessas reflexões, autora sustenta a possibilidade de um projeto socialista que seja, de fato, uma alternativa genuína ao sistema que hoje está destruindo o planeta, e nos privando de uma vida verdadeiramente livre e democrática.

Ademais, ao fim da obra, a autora traz um “Epílogo macrófago” que aborda a relação entre as reflexões propostas com os acontecimentos da pandemia da COVID-19, que demonstram, segundo a autora, uma “verdadeira orgia de disfunção capitalista” e a necessidade de se abolir tal sistema social de uma vez por todas.

3. Conclusões da obra

A obra analisa, de forma minuciosa, as contradições inerentes ao sistema capitalista, defendendo uma compreensão ampla do termo, que contempla as condições de fundo (não econômicas) da acumulação do capital.

Após justificar a importância de realizar essa análise amplificada da crise do capitalismo, a autora explora, ao longo dos capítulos, cada uma das condições de fundo, “não econômicas”, quais sejam: a reprodução social e ordens de gênero; o parasitismo da natureza; a expropriação e a opressão racial-imperial e o déficit democrático. Assim, discorre, sistematicamente, sobre sua configuração (mutável) em cada uma das fases do capitalismo, evidenciando seu caráter estrutural ao sistema, e como a crise atual entrelaça as contradições inerentes a todas essas esferas.

Assim, com vistas à superação do capitalismo em crise, a autora propõe que um novo conceito de socialismo, que vá além da ideia de socializar

os meios de produção, reformulando a maneira como serão tratadas as condições não econômicas que davam suporte à acumulação no âmbito do capitalismo e suas respectivas contradições. Ou seja, busca-se desenhar um novo modelo (redefinindo a ideia de socialismo), de modo a propiciar uma resposta aos impasses, formas de dominação e injustiças do capitalismo.

4. Ponderações críticas sobre a obra

A obra “Capitalismo Canibal” abre os olhos do leitor para a complexidade do sistema capitalista, para além da análise sob o viés econômico, concentrada na acumulação de capital, propriedade privada dos meios de produção e exploração do trabalho assalariado, que são considerados a “camada visível” do sistema.

Assim, ao empregar uma visão amplificadora do sistema, traz à baila questões igualmente estruturais, como reprodução social, ecologia do planeta, poder político e infusões contínuas de riqueza expropriada de povos racializados, que são fundamentais e que ensejam contradições aptas a conduzir a um verdadeiro colapso do sistema. Neste contexto, para demonstrar a capacidade de autodestruição do sistema capitalista, a obra se vale constantemente – e brilhantemente – de metáforas, sempre alinhadas ao título do livro.

Nesta esteira, especialmente interessante a abordagem da obra sobre a separação institucional entre “produção econômica” e “reprodução social” como constitutiva do capitalismo; uma separação de gênero que fundamenta as formas capitalistas de dominação masculina ao mesmo tempo que permite a exploração capitalista da força de trabalho e, por meio disso, seu modo de acumulação oficialmente sancionado.

Quanto à opressão racial-imperial, nota-se em várias passagens da obra a marca de sua percepção das questões raciais como cidadã estadunidense, principalmente ao tratar da situação de populações racializadas em âmbito nacional. A autora expõe visão clara do imperialismo e da opressão de povos escravizados e indígenas, e de como Estados poderosos (como o seu de origem) se mobilizaram para constituir sujeitos expropriáveis em zonas periféricas do sistema mundo capitalista.

Vale notar a didática da obra e a sistematização apurada do raciocínio argumentativo, considerando que a autora se vale do mesmo “roteiro” ao abordar cada uma das contradições intrínsecas ao capitalismo, primeiro analisando o aspecto estrutural da problemática e depois explorando a evolução da conjuntura nas diversas fases do sistema ao longo dos séculos, para ao final propor as condições para uma possível e otimista solução, através de um socialismo que enfrente todas as questões suscitadas.

Sobre a autora:

Mestranda em Direito do Trabalho e Previdenciário pelo PPGD-UERJ. Especialista em Direito Público pela Universidade Gama Filho. Advogada da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência S.A.- DATAPREV. E-mail: galcofra@gmail.com.

Como citar esta resenha:

ABNT

COSTA, Jeison Martins. Resenha crítica do livro: “A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum?” de Michael Sandel. **Labuta**, v. 1, n. 2, p. 221-234, jul./dez. 2024.

APA

Costa, J. M. (2024). Resenha crítica do livro: “A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum?” de Michael Sandel. *Labuta*, 1(2), 221-234.